

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org

site: www.lestu.com.br

Livraria: www.lestu.org

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ****Governador do Estado do Piauí**

Rafael Tajra Fonteles

Vice-Governador do Estado do Piauí

Themístocles de Sampaio Pereira Filho

**INSTITUTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PATRIMÔNIO
IMOBILIÁRIO DO PIAUÍ – INTERPI****Diretor-Geral**

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante

Diretor Administrativo e Financeiro

Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Diretor de Gestão Estratégica Fundiária

Vinicius Sales Oliveira Coelho

Diretora de Gestão Fundiária de Interesse Social

Clarecinda de Araújo Moura Jesuíno Teixeira

Diretor de Operações

Leonel Brito Lima

Diretor de Povos e Comunidades Tradicionais

Saullo Lopes Amorim Alves da Silva

Diretor de Sistemas e Inteligência Geoespacial

Rhubens Ewald Moura Ribeiro

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

8

AVANÇOS DO PROGRAMA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NO MEIO RURAL (PROGERE) NOS TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ

Advances state program for job and income generation in rural areas ii (progere) in the development territories of Piauí

Avances del programa estatal para la generación de empleo e ingresos en zonas rurales ii (progere) en los territorios de desarrollo de Piauí

Simone Raquel Mendes de Oliveira¹

Janaina Barros Siqueira Mendes²

Valber Mendes Ferreira³

Eduarda e Silva da Cunha⁴

Rhubens Ewald Moura Ribeiro⁵

RESUMO

O Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) foi criado com o objetivo de melhorar as condições de vida no meio rural piauiense tendo como foco principal a inclusão socioprodutiva, através do apoio a projetos de geração de renda para grupos de produtores rurais vulneráveis,

¹ Doutora em Engenharia Agrícola, Universidade Federal do Ceara, msimoneraquel@gmail.com

² Doutor em Irrigação e Drenagem, Universidade Federal do Piauí, valber@ufpi.edu.br

³ Mestra em Agronomia, Universidade Federal do Piauí, janainagrobarros@gmail.com

⁴ Mestra em Análise e Planejamento Espacial, Instituto Federal do Piauí, eduardasilva01@hotmail.com

⁵ Mestre em Administração, Centro Universitário Santo Agostinho, rhubens.ribeiro@gmail.com

principalmente de base comunitária. Com isso, o objetivo do trabalho é analisar os avanços do PROGERE nos territórios de desenvolvimento do Piauí. A coleta de dados neste trabalho foi baseada em dados primários e dados secundários. Para obtenção dos dados primários recorreu-se a uma entrevista guiada visando completar informações documentais sobre o Programa, bem como, captar a percepção dos envolvidos (gestores) sobre o Programa. Os dados secundários foram obtidos por meio do manual de operações do Programa. Os resultados mostraram que 53 Planos de Investimentos Produtivos são executados atualmente, 67 municípios são contemplados pelo Programa, desses, 36 são beneficiados. O público beneficiado em maior número são as mulheres chefes de família e 43% das associações/cooperativas beneficiadas são lideradas por elas. Concluiu-se que o Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) contribui para a redução da pobreza rural por meio do quantitativo de Planos executados nos territórios de desenvolvimento do Estado, em especial nos territórios de Cocais, Entre Rios e Carnaubais.

Palavras-Chaves: Planos de investimentos produtivos. Cadeias produtivas. Redução da pobreza rural. Mesorregiões.

ABSTRACT

The State Program for Job and Income Generation in Rural Areas (PROGERE) was created with the objective of improving living conditions in rural areas of Piauí, focusing primarily on socio-productive inclusion through support for income-generating projects for vulnerable rural producer groups, mainly community-based. Therefore, the objective of this work is to analyze the progress of PROGERE in the development territories of Piauí. Data collection in this work was based on primary and secondary data. To obtain primary data, a guided interview was used to supplement documentary information about the Program, as well as to capture the perception of those involved (managers) about the Program. Secondary data were obtained through the Program's operations manual. The results showed that 53 Productive Investment Plans are currently being executed, 67 municipalities are covered by the Program, of which 36 are beneficiaries. The largest number of beneficiaries are female heads of household, and 43% of the beneficiary associations/cooperatives are led by them. It was concluded that the Rural Employment and Income Generation Program (PROGERE) contributes to the reduction of rural poverty in the state's development territories, especially in the Cocais, Entre Rios, and Carnaubais territories.

Keywords: Productive investment plans. Production chains. Reduction of rural poverty. Mesoregions.

1 INTRODUÇÃO

Os Territórios de Desenvolvimento constituem as unidades de planejamento da ação governamental, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida da população piauiense, através da democratização dos programas, das ações e da regionalização do orçamento (SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, 2014).

O estado do Piauí é organizado em 12 territórios de desenvolvimento, quais sejam, Planície Litorânea, Cocais, Carnaubais, Entre Rios, Vale do Sambito, Vale do Rio Guaribas, Vale do Rio Canindé, Serra da Capivara, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Tabuleiros do Alto Parnaíba e Chapada das Mangabeira.

No Estado foi implantado um Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) com o objetivo de reduzir a pobreza rural nos territórios de desenvolvimento. O PROGERE faz parte do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão social, implantado pelo Governo do Estado do Piauí através de acordo de empréstimo com o Banco Mundial, sendo sua execução realizada pela Secretária de Desenvolvimento Rural/SDR. Tem como objetivo aumentar a renda dos pequenos produtores rurais em situação de pobreza, mediante: a concessão de incentivos financeiros e de assistência técnica para a implantação de práticas agrícolas ambiental, social e economicamente sustentáveis, e a inclusão desses produtores nos mercados dos arranjos produtivos relevantes.

Diante da importância do PROGERE para a melhoria das condições socioeconômicas dos pequenos produtores rurais objetivou-se com esse trabalho analisar os avanços do Programa nos territórios de desenvolvimento do Piauí.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Estadual de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) foi criado pelo Decreto Governamental Nº 14.626, de 31 de outubro de 2011, com o objetivo de melhorar as condições de vida no meio rural piauiense. O Programa tem como foco principal a inclusão socioprodutiva, através do apoio a projetos de geração de renda para

grupos de produtores rurais pobres, principalmente de base comunitária (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2015). É um programa que mantém o envolvimento direto dos produtores familiares, organizados em entidades comunitárias, em todo o ciclo dos projetos de arranjos produtivos. É direcionado a atender a população rural vulnerável do Estado, ou seja, aquelas famílias com renda domiciliar per capita igual ou inferior a vinte por cento (20%) do salário-mínimo nacional (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016).

O PROGERE tem como objetivo aumentar a renda dos pequenos produtores rurais em situação de pobreza, mediante: (I) a concessão de incentivos financeiros e de assistência técnica para a implantação de práticas agrícolas ambiental, social e economicamente sustentáveis, e (II) a inclusão desses produtores nos mercados dos arranjos produtivos relevantes.

O Programa tem como público prioritário grupos mais pobres e mais vulneráveis localizados nas áreas rurais: agricultores familiares, mulheres chefes de famílias, comunidades quilombolas e jovens de até 29 anos com formação nas escolas técnicas agrícolas. É constituído por três linhas de ações, a saber: (I) Desenvolvimento de Iniciativas de Negócios em Arranjos Produtivos, através dos Planos de Investimentos Produtivos (PIPs); (II) Melhoria das Capacidades Técnicas, e; (III) Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação.

As suas diretrizes são: a) Promover o desenvolvimento de arranjos produtivos, incluindo as etapas de produção, processamento e comercialização, da cajucultura, apicultura, ovino/caprinocultura, mandiocultura, horticultura familiar (quintais produtivos) e artesanato. b) Desenvolver suas ações em complementariedade a outros programas governamentais, particularmente com os programas de educação profissional, gestão ambiental e de recursos hídricos, e regularização fundiária; c) Focar nos pequenos produtores rurais pobres, priorizando atividades produtivas relevantes para esse grupo populacional e/ou que estejam em áreas geográficas onde os grupos pobres e mais vulneráveis se concentram; d) Adotar procedimentos participativos na sua execução, envolvendo os beneficiários e as suas entidades representativas, os Conselhos Municipais, comerciantes, operadores de mercado, entre

outros, mediante a realização de atividades participativas definidas (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, quali-quantitativa, descritiva e bibliográfica. A coleta de dados foi baseada em dados primários e dados secundários.

Para obtenção dos dados primários recorreu-se a uma entrevista guiada visando completar informações documentais sobre o PROGERE, bem como, captar a percepção dos envolvidos (gestores) sobre o Programa. A entrevista foi realizada de maneira presencial com servidores da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e seguiu um roteiro geral onde os elementos principais da entrevista constam de: o número de projetos executados, de associações/cooperativas beneficiadas, de comunidades atendidas, de territórios e municípios que o programa beneficia e famílias atendidas pelo programa; perfil demográfico de beneficiados no programa; critérios de seleção das famílias e dos territórios e municípios envolvidos; tipos de culturas envolvidas no programa e os critérios de seleção;

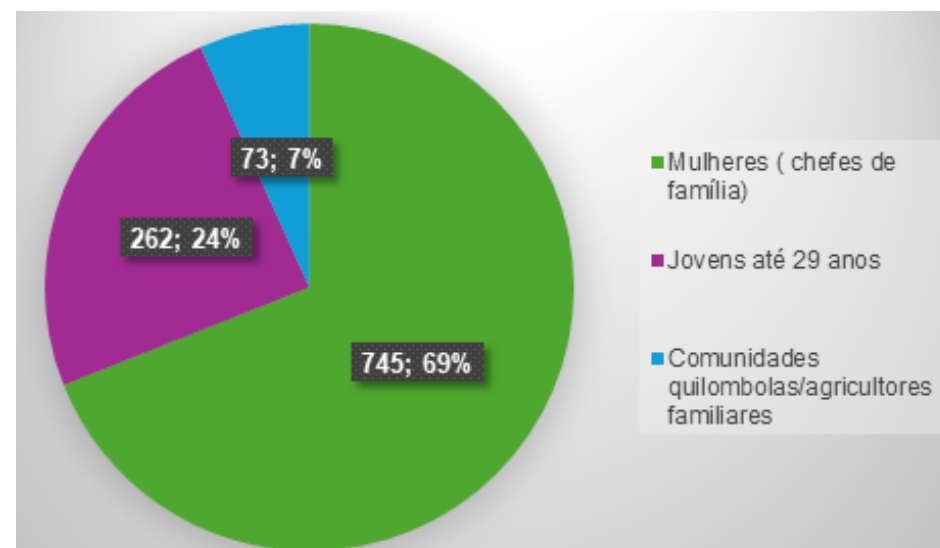
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É possível constatar no Gráfico 1 que as mulheres (chefes de família) correspondem a 69% da população beneficiada do programa, cerca de 745 mulheres. Em segundo lugar encontra-se os jovens de até 29 anos correspondendo 24% da população e, em minoria, estão as comunidades quilombolas/agricultores familiares correspondendo 7% da população.

Nas últimas décadas, por todo o Brasil e América Latina, as relações de gênero e poder no meio rural têm sido constantemente questionadas pelas organizações das mulheres rurais as quais lutam por terra e reconhecimento profissional. A justificativa para tais questionamentos envolve a visibilidade e reconhecimento da participação efetiva da mulher no dia a dia da produção e reprodução familiar, pois, apesar da invisibilidade do trabalho feminino no campo, na atualidade comprova-se a presença e

participação das mulheres na produção agrícola e na transformação desses produtos em gêneros alimentícios. Portanto, pode-se afirmar que o trabalho da mulher no campo é decisivo para a garantia da segurança alimentar e, em muitos casos, para a manutenção da unidade produtiva (MENDES, et al. 2014).

Gráfico 1 - Número e perfil de famílias beneficiadas pelo PROGERE

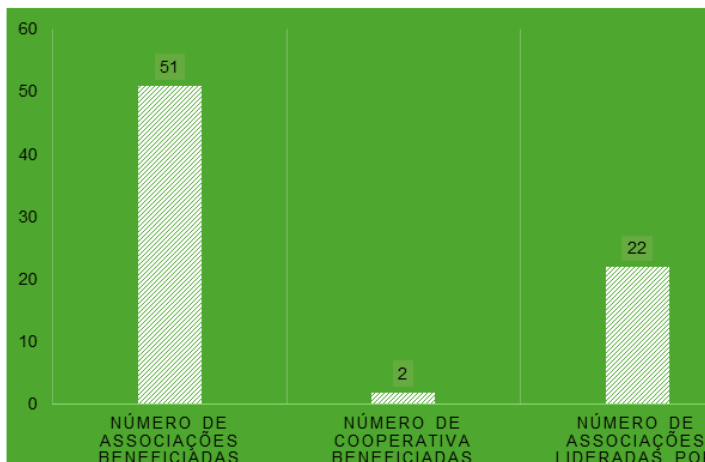


Fonte: MONTEIRO (2022).

No Gráfico 2 que aproximadamente 22% das associações são lideradas por mulheres, considerando o número de associações e cooperativas envolvidas no PROGERE.

As mulheres rurais aumentaram lentamente sua visibilidade política através do sindicalismo oficial, que teria percebido que o crescente debate público sobre a condição feminina e a emergência de movimentos de mulheres poderia contribuir para o aumento da participação nos sindicatos. Entretanto, coloca que tais iniciativas se revelaram bastante seletivas, uma vez que, na estrutura oficial do sindicalismo rural, poucas mulheres ocupavam posições de liderança.

Gráfico 2 - Número de associações e cooperativas beneficiadas pelo PROGERE e número de associações lideradas por mulheres.



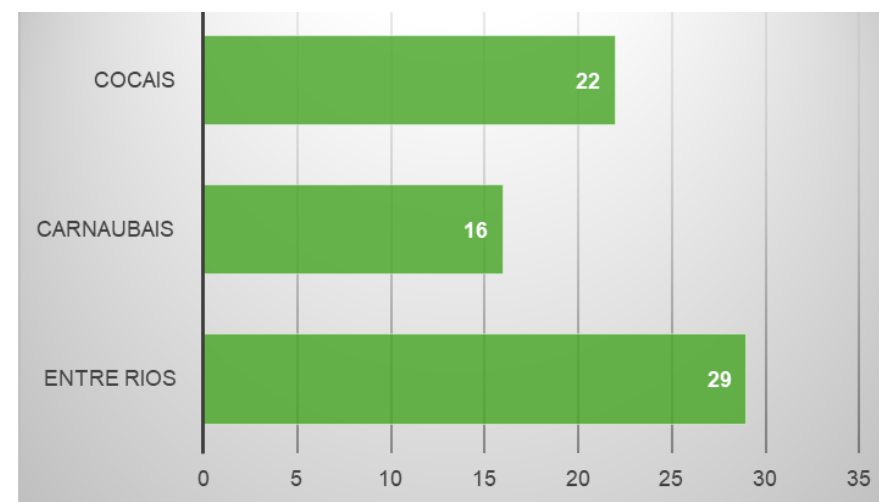
Fonte: MONTEIRO (2022).

No estudo Borzone e Almeida (2019), eles observaram que nas associações dos assentamentos, há uma situação de grande participação feminina, inclusive nos cargos de maior responsabilidade e culturalmente ocupados por homens, como a presidência ou a tesouraria. Uma das possíveis explicações para esse aumento, apontada em alguns diálogos com assentadas, deve-se à maior autonomia e responsabilidade femininas que advêm de seus nomes figurarem como primeiras titulares do lote pelo Incra, conquista implantada em 2007. Essa mudança destaca o protagonismo das mulheres no campo, pois é fruto de mobilizações de camponesas e têm proporcionado a elas maior poder de ação quanto aos rumos do lote, assim como do assentamento como um todo.

Esses resultados também estão associados à estratégia do PROGERE em priorizar e atender mulheres e jovens com o objetivo de promover a equidade de gênero por meio do empoderamento econômico das mulheres, incluindo as jovens e as mais pobres, assegurando e melhorando o acesso preferencial à capacitação e a outros serviços do Programa. E para operacionalizar esta estratégia o Programa decretou que as mulheres terão participação majoritariamente como beneficiárias diretas do Programa em pelo menos 30% dos PIPs selecionados (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 2016).

No **Gráfico 3** observa-se o número de municípios por Território contemplados pelo PROGERE, o maior número de municípios contemplados no Território Entre Rios pode estar associado há uma maior concentração de recursos econômicos e humanos, em virtude de estar inserida a capital do Piauí.

Gráfico 3. Número de municípios por território contemplados pelo PROGERE.

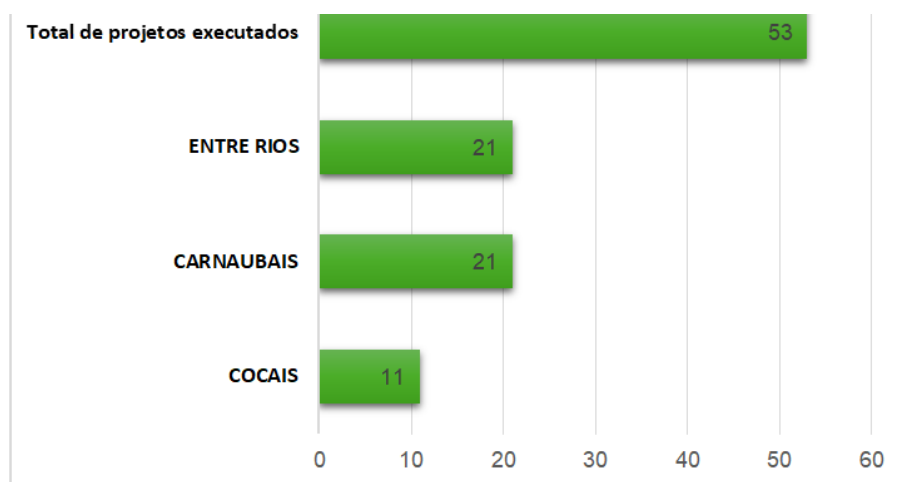


Fonte: MONTEIRO (2022).

O território Cocais possui interações em áreas chaves que aparecem nas patentes, assim como o Vale do Canindé e Guaribas, são elas: Apicultura e Agroindústrias do caju. Esses territórios somam cerca de 50% das interações com as tecnologias elencadas.

O Programa prevê o financiamento, implantação e operação de 120 Planos de Investimentos Produtivos é possível afirmar, de acordo com o **Gráfico 4**, que 53 estão sendo executados distribuídos em três territórios Cocais, Entre Rios e Carnaubais.

Gráfico 4 - Número de projetos por territórios.



Fonte: MONTEIRO (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Programa de Geração de Emprego e Renda no Meio Rural (PROGERE) contribuiu para a redução da pobreza rural nos territórios de desenvolvimento do Estado, em especial, dos territórios de Cocais, Entre Rios e Carnaubais, no qual atualmente são executados 53 Planos de Investimentos Produtivos de um total de 120 que o Programa prevê, com destaque para os territórios Entre Rios e Cocais. Pode-se concluir ainda que dentre os públicos beneficiados, o maior número são as mulheres chefes de família e que quase metade das associações/cooperativas beneficiadas são lideradas por elas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. et al. Caracterização do sistema de produção caprino e ovino na região sul do estado do maranhão, Brasil. **Veterinária e zootecnia**, 2017.
- ARAUJO, et al. Chemical attributes and microbial activity of soil cultivated with cassava under different cover crops. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 23, n. 8, p. 614-619, 2019.

BORZONE, C; ALMEIDA, R. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-ms: gênero, território e resistência camponesa, **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, vol. 28, n. 2, pp. 241-254, 2019.

CARVALHO, D. et al. Apicultura em São Raimundo Nonato, Piauí. **Revista verde de agroecologia e desenvolvimento sustentável**, São Raimundo Nonato, v. 14, n.1, p.85-91, jan-mar, 2019.

CASSIOLATO, J; LASTRES, M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**, Rio de Janeiro, p. 21-34, 2003.

CASSIOLATO, J; SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003.

COSTA, E. Planejamento territorial, gestão de políticas públicas e descentralização regional: a experiência do estado do Pará. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 1, n. 1, p.122-150, 2011.

COSTA, J. As Possibilidades de uma Socioecologia em Amartya Sen. **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, 2008.

FREITAS, T. Arranjo Produtivo Local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da Piscicultura em Restinga Sêca/RS1. **Anais do I circuito de debates acadêmicos**, Santa Maria, 2011.

FREIRE, O. Os Arranjos Produtivos Locais não podem ser uma Babel. In: **SEBRAE-SP**. Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/sites/default/files/arranjos_produtivos_locais_nao_podem_ser_uma_babel.pdf

GIOVANNUCCI, D; BARHAM, E; PIROG, R. Defining and marketing “local” foods: geographical indications for US products. **The Journal of World Intellectual Property**, v. 13, n. 2, p. 94-120, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Pecuária Municipal 2013**. Rio de Janeiro, RJ, 2013. Acessado em: 10 abr. 2022.

MENDES, M. et al. A organização das mulheres extrativistas na região sudoeste mato-grossense, Brasil. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, 2014.

MIRANDA, J. Avaliação e monitoramento de Projetos de APLs no SEBRAE: método e indicadores”. **SEBRAE**, 2003.

NOBRE, C; CARVALHO, K. REGIONALIZAÇÃO DO PIAUÍ COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, **REVISTA ELETRÔNICA DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO TRÊS LAGOAS**, V. 1, N. 32, 2020.

PEDROSA, R. A IMPORTÂNCIA DOS QUINTAIS PRODUTIVOS NA ECONOMIA FAMILIAR, **Agroecol**, Dourados, 2016.

PEREIRA, S. et al. COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE TERRITÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO E INSTÂNCIAS DE GESTÃO REGIONAIS, **FUNDAÇÃO CEPRO**, Teresina, 2017.

PIAUÍ. **Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007**. Estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2007.

PIAUÍ. **Lei nº 6.967, de 03 de abril de 2017**. Altera a Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. Palácio de Karnak, Teresina, 2017.

PITANGUI, C. et al. Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 26, n. 2, p.1-14, 2019.

RAINER, M. S. de C. P.; VIDAL, M. de F. **Cajucultura nordestina em recuperação**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2018. 13 p. (Caderno Setorial ETENE, n. 54)

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **PROJETO PIAUÍ: PILARES DE CRESCIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL**, 2017. <http://www.sdr.pi.gov.br/media/uploads/tr_gestao_de_sistea.pdf> Acesso em: 25/09/2021 às 19h30

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **MANUAL DE OPERAÇÕES DO PROGRAMA**. Teresina, 2016 <<http://www.sdr.pi.gov.br/progere2/>> Acesso em: 23/09/2021 às 19h00

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PGA)**. Teresina, 2015. <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/871831468020687712/pdf/SFG1367-V2-EA-P129342-PORTUGUESE-Box393214B-PUBLIC-Disclosed-10-1-2015.pdf>> Acesso em: 28/09/2021 às 10h

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO (SEPLAN). **Planejamento participativo territorial**. < SEPLAN-Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí (antigo-seplan.pi.gov.br)> Acesso em: 03/05/2022 às 20h

SOBRINHO, C. et al. Enfrentamento do oídio do cajueiro na região semiárida do estado do Piauí: safra 2019, **Embrapa Meio-Norte**, Teresina, 2021.

STRATE, M; CONTERATO, M. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 24, n. 1, p. 227 - 245, 2019.

TEODORO, M. et al. Efeito residual de coberturas em pré-plantio no cultivo da mandioca em LATOSSOLO AMARELO Distrófico no Piauí, **Agrarian**, Dourados, v. 14, n. 52, p. 213-222, 2021.

VECCHIA, R. Arranjos produtivos locais como estratégia de desenvolvimento local e regional. **Revista Capital Científico**, Guaraparua, v.4, n.1, p. 32-50, jan./dez. 2006.

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



Avanços e Desafios da Regularização Fundiária

APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



Banco Interamericano
de Desenvolvimento



Investindo nas populações rurais

REALIZAÇÃO



45 ANOS
INTERPI
INVESTINDO TERRA DE OPORTUNIDADE



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

LESTU
Editora